

TRAGÉDIA NA PLATAFORMA

MULTA DE R\$ 68 MILHÕES À PETROBRAS POR ACIDENTE

Punição foi aplicada pela ANP, que identificou 50 infrações

✎ **BEATRIZ SEIXAS**
bseixas@redgazeta.com.br

Passados dois anos da maior tragédia no setor de petróleo e gás do Espírito Santo e uma das mais graves do país - quando houve em 11 de fevereiro de 2015 uma explosão no navio-plataforma Cidade de São Mateus -, processos trabalhistas e criminais ainda correm nos órgãos responsáveis e na Justiça.

Mas uma decisão da Agência Nacional do Petróleo (ANP) responsabiliza a Petrobras e pune a estatal pelo episódio. A entidade identificou 50 infrações cometidas pela companhia durante as investigações e aplicou multa de R\$ 68,35 milhões.

Mas pelo fato de a petrolífera não ter recorrido da decisão, conforme prevê a Lei nº 9.847/99, ela teve um desconto de 30%, reduzindo a penalidade para R\$ 47,84 milhões, pagos em 9 de janeiro deste ano, e fazendo com que o processo fosse arquivado, segundo informou o órgão regulatório.



MARINHA DO BRASIL/ARQUIVO

Navio-plataforma Cidade de São Mateus não tem data para voltar a operar

AGAZETA não teve acesso à decisão administrativa, mas relatório divulgado, em 17 de dezembro de 2015 pela ANP, já apontava erros cometidos pela Petrobras e pela BW Offshore, norueguesa dona do navio, que levaram à explosão na casa de bombas, deixando nove mortos e 26 feridos.

Na ocasião, foram relatadas falhas na implementação do sistema de gerenciamento de segurança operacional, não cumprimento de normas ligadas ao controle de riscos, utilização de equipamentos impróprios, equipes de trabalhadores despreparadas, entre outros problemas.

Ao longo dos últimos dois anos, alguns episódios marcaram esse incidente, como a conclusão pela Polícia Federal do inquérito, que indiciou o gerente do navio e mais três funcionários da BW. Eles foram acusados por homicídio doloso, culposo e lesão corporal grave.

O que dizem as empresas

✎ **A Petrobras informou, por nota, que “a Polícia Federal concluiu suas investigações e o inquérito não imputou responsabilidade criminal à companhia ou aos seus empregados. A ANP, após conclusão de suas análises, emitiu e divulgou o relatório da investigação com recomendações adicionais de segurança para toda a indústria do petróleo e gás”. A BW também foi procurada, mas disse que não conseguiria atender à demanda.**

O Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF/ES), por sua vez, denunciou à Justiça três pessoas, que podem pegar até 30 anos de prisão. Também houve um plano de Demissão Voluntária Incentivada, proposto pela BW, aos funcionários do navio, que, aliás, não tem prazo para

voltar a operar nos campos de Camarupim e Camarupim Norte.

Para o diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e do Sindipetro-ES, Davidson Lomba, nesse período também houve muito abandono por parte das empresas aos trabalhadores e suas famílias. “A Petrobras parou de dar informações sobre as vítimas e a BW não responde nossos questionamentos por não nos reconhecer como representantes. Mas o que sabemos é que muitos trabalhadores estão em depressão, desempregados ou recebendo muito abaixo do que ganhavam”.

Lomba criticou ainda as questões ligadas à segurança. Segundo ele, não houve melhorias nos procedimentos desde o acidente. Para chamar a atenção para isso e em memória das vítimas, a FUP e o Sindipetro irão realizar em breve um ato. O movimento seria nas próximas terça e quarta-feira, mas diante do quadro de violência no Estado uma nova data será definida.

HISTÓRICO DO ACIDENTE



▼ Explosão

Em 11 de fevereiro de 2015, aconteceu uma explosão na casa de bombas da plataforma Cidade de São Mateus, no litoral de

Aracruz, onde operava o navio da norueguesa BW Offshore, contratada da Petrobras. O acidente deixou 9 mortos e 26 feridos. Na embarcação, estavam 74 trabalhadores.

▼ Relatório

Em junho de 2015, A GAZETA teve acesso, com exclusividade, ao relatório da Petrobras e da BW que apontava as causas do acidente. O documento mostrou que uma peça fora dos padrões para o sistema foi um dos estopins.

▼ Acusação

A Polícia Federal informou em 16 de dezembro de

2015 que concluiu o inquérito sobre o acidente e indiciou o gerente do navio e mais três funcionários da BW, todos estrangeiros. Eles foram acusados por homicídio



doloso, culposo e lesão corporal grave.

▼ Erros

Para a PF, houve erros em relação à transferência de fluidos de um tanque para o outro, além do fato de os responsáveis pelo navio terem subestimado o vazamento de gás na casa de bombas, enviando equipes para o local mesmo com a detecção de alto risco de explosão.

▼ Demissão

Em janeiro de 2016, a BW propôs um Plano de Demissão Voluntária Incentivada para os funcionários do navio. A proposta oferecia incentivos



financeiros de cinco remunerações, seis meses de tiquete supermercado, além de manter por mais seis meses os seguros médico e odontológico.

▼ Abandono

Em fevereiro de 2016, A GAZETA ouviu trabalhadores e familiares de vítimas que relatavam abandono e falta de assistência das empresas.

▼ Denúncia

Em maio de 2016, o Ministério Público Federal denunciou à Justiça três pessoas pela explosão no navio-plataforma, elas foram acusadas de homicídio doloso por nove vezes; uma lesão corporal grave; e por outras 24 lesões corporais. Com isso, podem pegar até 30 anos de prisão caso sejam condenadas pela Justiça.